

## Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura - SAFCC

### Quem somos?

A Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura (SAFCC) é responsável pela presença do Ministério da Cultura (MinC) em todo o território nacional, por meio da implementação dos Escritórios Estaduais do MinC e dos Comitês de Cultura em todas as Unidades da Federação; pela articulação federativa por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e das representações do Estado e da sociedade civil: o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), a Conferência Nacional de Cultura (CNC) e a Comissão Intergestores Tripartite (CIT); e pela articulação e construção das diretrizes de leis e iniciativas que envolvam a transferência de recursos da União e demais ações de fomento descentralizadas aos entes federativos.

Nossa atuação no primeiro semestre de 2025 (entre jan e set), referente às iniciativas estratégicas

Formação, Articulação Federativa e Comunicação nos Territórios

A entrega de legado Formação, Articulação Federativa e Comunicação nos Territórios, por meio do Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC) consiste na implantação de uma

rede nacional de Comitês Cultura e Agentes Territoriais de Cultura, com o foco na formação cidadã, mobilização social e comunicação cultural, promovendo o acesso às políticas públicas de cultura nos territórios e fortalecendo a democracia cultural em todo o país. As 601 vagas de Agentes Territoriais de Cultura (ATC), distribuídas pelas 510 Regiões Imediatas do IBGE, foram preenchidas por meio de editais públicos lançados pelos Institutos Federais parceiros. Os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) foram firmados com um Instituto Federal de cada região brasileira, garantindo a base legal e administrativa das ações.

No primeiro semestre de 2025, o PNCC avançou significativamente na execução das ações de formação e articulação cultural nos territórios. Além da execução dos planos de trabalho pactuados, uma das estratégias para integrar os Agentes Territoriais de Cultura e os Comitês de Cultura, fortalecendo a rede, promovendo trocas de experiências e processos formativos pontuais, foi a realização de Encontros Regionais. O primeiro Encontro Regional ocorreu em março deste ano, na região Norte, em Belém-PA. O segundo aconteceu em maio, em Natal-RN, reunindo representantes de todos os estados do Nordeste. Em junho, realizou-se o Encontro do Centro-Oeste, em Goiânia-GO. Já os Encontros do Sudeste e do Sul ocorreram em agosto, no Rio de Janeiro-RJ e em Pelotas-RS, respectivamente. A programação de cada um dos encontros contou com debates, formações, apresentações culturais, oficinas e rodas de conversa, favorecendo o compartilhamento de saberes e a consolidação das ações conjuntas.

As atividades de formação dos Agentes Territoriais de Cultura (ATC) estão com 60% do cronograma de cursos já realizados. A produção audiovisual atingiu 60%, contemplando gravações, edição e recursos de acessibilidade. Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) também estão com 60% de andamento concluído, enquanto a formação de tutores e coordenadores alcançou 70%. Também foram realizadas pelos ATCs 50% das ações culturais previstas.

Para o próximo trimestre, mais precisamente em novembro, está programado o Encontro Nacional dos ATC, o evento que marca a conclusão desse ciclo de reuniões regionais, reunindo em um só espaço as experiências acumuladas, os aprendizados compartilhados e as demandas levantadas nos seus territórios de atuação. Sua realização ainda neste ano é fundamental para consolidar a rede do PNCC, alinhando práticas, fortalecendo vínculos e garantindo que as contribuições regionais se articulem em um horizonte comum de atuação junto ao Ministério da Cultura.

#### Pactuação Federativa – Sistema Nacional de Cultura (SNC)

A entrega de legado Pactuação Federativa – Sistema Nacional de Cultura (SNC) consiste na estruturação normativa, formativa e institucional necessária à consolidação de um modelo de gestão compartilhada da cultura, com base na cooperação entre União, estados e municípios, assegurando o pleno funcionamento do SNC como política pública de Estado. A meta central dessa entrega é a regulamentação do marco regulatório

do Sistema Nacional de Cultura (Lei nº 14.835/2024), por meio da criação dos três decretos estruturantes que darão sustentação à sua implementação: o Decreto da Comissão Intergestora Tripartite (CIT), o Decreto da Participação Social e o Decreto das Diretrizes de Governança e Gestão do SNC.

Desde o início de 2025, a entrega avançou de forma consistente, fortalecendo a governança federativa e os instrumentos de cooperação intergovernamental no campo da cultura. Foram realizadas reuniões bilaterais com estados e redes de gestores culturais, consolidando compromissos institucionais e ampliando o diálogo entre as esferas federativas. No âmbito federal, foram criadas instâncias técnicas de assessoramento à regulamentação do sistema e à reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), assegurando suporte político e técnico ao processo. Ainda no primeiro semestre, foram apresentadas as propostas preliminares dos decretos e encaminhado à Casa Civil o texto referente à criação da Comissão Intergestora Tripartite (CIT), que representa um marco no fortalecimento da governança cooperativa da política cultural.

No terceiro trimestre de 2025, o processo de regulamentação avançou de forma significativa com a instalação da Câmara Temática (CT), instituída pela Resolução CNPC/MinC nº 02/2025, responsável por conduzir os estudos e debates técnicos sobre os decretos de regulamentação da Lei nº 14.835/2024. A Câmara realizou três reuniões consecutivas,

com oficinas formativas e discussões sobre o papel da participação social, o percurso histórico do SNC e os parâmetros para o novo marco de governança. Como resultado, foi elaborada a minuta do Decreto de Regulamentação do SNC, que consolida as diretrizes de gestão integrada entre União, estados, Distrito Federal e municípios, abrangendo os eixos de planejamento, financiamento, participação e controle social.

Paralelamente, avançaram as tratativas relacionadas aos decretos complementares. O Decreto da Comissão Intergestora Tripartite (CIT), que cria o principal espaço de pactuação entre os entes federativos, encontra-se em tramitação final. O Decreto da Participação Social, que aprimora os mecanismos de representação e deliberação do CNPC, segue em fase de consolidação e alinhamento institucional. Já o Decreto das Diretrizes de Governança e Gestão do SNC está em elaboração, reunindo contribuições das secretarias e entidades vinculadas ao Ministério da Cultura, de modo a garantir coerência e integração entre os diversos componentes do sistema.

No eixo da formação de gestores e conselheiros, o Ministério da Cultura deu continuidade às ações presenciais e virtuais de capacitação voltadas à qualificação técnica dos escritórios estaduais e pontos focais municipais. Além disso, avança a formulação do novo marco da política de formação cultural, com a reestruturação do Programa Nacional de Formação na Área da Cultura (PRONFAC) e a criação do Programa Qualifica Cultura, que será o principal instrumento de formação

continuada e descentralizada para agentes públicos e sociais da cultura em todo o território nacional.

Consolidando o compromisso de estruturação do SNC no âmbito federal, o Ministério da Cultura realizou encontros intersetoriais e reuniões com as áreas do Sistema MinC para o alinhamento das políticas nacionais setoriais às diretrizes do SNC. No campo da comunicação e articulação federativa, destaca-se a atualização da plataforma digital do SNC, ampliando o acesso público às informações sobre adesão, pactuação e cooperação federativa, além do fortalecimento do diálogo com escritórios regionais e entidades municipalistas. Também está em fase de organização o Seminário Nacional de Fortalecimento do SNC, previsto para o segundo semestre de 2025, que reunirá gestores, conselheiros e representantes da sociedade civil de todo o país para debater os avanços, desafios e perspectivas do sistema.

As entregas previstas até dezembro de 2025 incluem a publicação dos três decretos de regulamentação do marco regulatório do SNC, a instalação da Comissão Intergestora Tripartite, a reformulação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e a instituição do Programa Qualifica Cultura. Essas ações consolidam um modelo de governança democrática, participativa e cooperativa, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a cultura como direito e com a gestão compartilhada como princípio estruturante da política cultural nacional.

